

São Paulo, 20 de novembro de 2018
Mesmo sem lei, Escola sem Partido afeta a rotina nas escolas
Carta de dois professores da EE Pereira Barreto

Nós, ██████████ e ██████████, professora e professor da EE Pereira Barreto, consideramos as manifestações encaminhadas à Ouvidoria da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo uma tentativa de intimidação caluniadora promovida contra nós.

Uma pessoa não identificada usou a Ouvidoria para produzir duas manifestações contra nossa prática pedagógica. A primeira manifestação, de 07 de novembro de 2018, descrevia:

"Interessada entrou em contato com essa Ouvidora para registrar reclamação sobre postura profissional dos professores ██████████ (física) e ██████████ (Sociologia), que ocorre no 3o ano do Ensino Médio. Alega que os referidos professores abordam temas sobre política durante as aulas, influenciando alunos e deixando de lado o conteúdo programático da matéria."

A segunda manifestação, de 09 de novembro do mesmo ano, descrevia:

"Interessada entrou em contato com esta Ouvidoria para registrar reclamação sobre a postura profissional dos professora ██████████ (Sociologia) e ██████████ (Física). Alega que os professores abordam temas políticos nas aulas, e deixa o conteúdo programático de lado, caso o aluno não siga suas recomendações políticas é perseguido. Já foram feitas reclamações sobre os referidos professores, mas nenhuma providência foi tomada."

A direção de nossa escola nos solicitou documentos a serem anexados em resposta à Ouvidoria. Tais documentos, registros de aulas feitos por estudantes, diários de classe e planos de ensino, contradizem as duas manifestações e provam que as acusações não correspondem aos fatos.

As manifestações não apontam qualquer evidência sobre as acusações já que tais conteúdos não condizem com a realidade de nossas aulas. Além disso, nossos critérios de avaliação não abrem margem para perseguição a estudantes por serem objetivos, técnicos e pedagógicos.

Segundo a própria direção da escola, em ocasiões em que nossos nomes foram citados em conversas anteriores com estudantes, pais ou mães nos espaços escolares, os contextos foram estritamente pedagógicos e devidamente registrados em atas, como Conselhos e outras reuniões. Nunca houve, ao contrário do que diz a manifestação, qualquer queixa quanto a nossa postura profissional nos termos descritos, seja durante as aulas ou mesmo nas instâncias anteriores à Ouvidoria, à própria direção da escola ou à diretoria de ensino.

Diante de tais fatos, nos perguntamos: qual o objetivo de dirigirem contra nós acusações vagas, sem qualquer evidência?

Estas acusações são caluniadoras, infundadas, isoladas e sem precedentes na escola e em nossas histórias pessoais. Não são isoladas, porém, de uma realidade que vai além dos muros de nossa escola.

Uma onda obscurantista vem tomando a sociedade. Justificada por uma educação baseada na família, em detrimento do conhecimento produzido socialmente ao longo da história e comprometido com a defesa da dignidade, da liberdade e da diversidade humana. Um ataque feroz se dirige à escola, instituição fundamental de promoção de valores que apontem para o desenvolvimento humano e social.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal, "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Já o artigo 206 diz que o ensino deve ser ministrado baseado na "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber". Já o artigo 3 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação determina que o ensino deve ter como princípios "respeito à liberdade e apreço à tolerância" e "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas".

Apesar de a legislação federal pautar a defesa da liberdade de cátedra e garantir um ensino que valorize a democracia e a diversidade humana, a escola, nos termos legais, tem sido colocada sob ameaça. Grupos organizados, como o Escola Sem Partido no Brasil e o Con Mis Hijos No Te Metas

em outros países da América Latina, têm buscado mudanças nas legislações municipais, estaduais e federal com o objetivo de, garantida censura prévia, impedir um ensino emancipador. Tais grupos, por meio de lobbistas, interferem no poder legislativo, propagam uma onda de medo na população através da disseminação de notícias falsas e caluniam profissionais do conhecimento com envolvimento nas áreas da cultura e educação.

É recente o caso de uma deputada eleita em Chapecó/SC que estimulou o registro em filme e áudio de educadores e educadoras em sala de aula a fim de denunciá-los caso se manifestassem de forma político-partidária ou ideológica. Como resposta, o Ministério Público Federal recomendou gerências regionais de ensino e instituições de ensino superior a adotarem medidas cabíveis e necessárias para que não haja qualquer forma de assédio moral a profissionais de ensino por parte de estudantes, familiares ou responsáveis. Já a Justiça catarinense obrigou a deputada eleita a retirar das redes sociais as referidas publicações, ao mesmo tempo em que declarou reconhecer que a discussão política deve fazer parte da realidade escolar, sempre com respeito ao pluralismo de ideias.

A deputada e pessoas do Escola Sem Partido e de grupos afins não revelam que toda prática social, inclusive o assédio promovido por eles, é ideológica, portanto política. A acusação a nós dirigida sugere que nossa prática não é apenas político-ideológica, mas sim partidária. Tal acusação é caluniadora, uma vez que não condiz com a realidade e nos assedia quanto a nossa postura profissional, colocando-nos na mira de um vigilantismo que envolve a comunidade escolar em um medo sem cabimento, como se fôssemos inimigos. Reconhecido o contexto latino-americano de perseguição a docentes, as manifestações, como as duas dirigidas à Ouvidoria, correspondem a uma tentativa de criminalização não apenas de nós em nossa escola, mas da classe docente e intelectual no Brasil e na América Latina.

Convocamos toda a comunidade escolar a se somar em espaços coletivos, como Conselhos e a própria sala de aula, na construção de uma perspectiva de educação plural, humanista, inclusiva e democrática, que tenha como premissa básica relações de confiança e construção coletiva. Devemos, educadoras, educadores e toda a sociedade, manifestar-nos veementemente contra todo assédio e silenciamento de nossa classe e repudiar ações que imponham barreiras a nossa prática pedagógica, comprometida com a construção de uma sociedade mais digna, plural e justa.